

Sindicato Rural do Distrito Federal quer emitir nota fiscal

Maurício Sampaio Diniz
de Brasília

O Sindicato Rural do Distrito Federal poderá ser habilitado a emitir notas fiscais em nome de agricultores da região. Pedido nesse sentido foi apresentado esta semana pelo presidente da entidade, Nuri Andraus, ao secretário de Fazenda, Valdivino de Oliveira, que está analisando a questão. A emissão de notas fiscais por sindicatos rurais já é feita no estado de Minas Gerais com eficiência, garante Andraus. Segundo ele, esse sistema facilita a atividade dos produtores rurais e permite o aumento de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O Sindicato Rural do DF, em documento encaminhado ao secretário de Fazenda, argumenta que a produção agrícola é realizada, normalmente, em áreas distantes dos centros urbanos, ocorre em períodos específicos e está sujeita às condições climáticas. Os processos de colheita e comercialização das lavouras precisam, muitas vezes, ser realizados aos finais de semana ou durante feriados prolongados, períodos em que os postos da Secretaria de Fazenda não funcionam.

O documento diz ainda que a "forma atual de controle fiscal tem causado prejuízos aos produtores, que acabam sendo forçados a restringir suas ativida-

des ou, mesmo a contragosto, atuarem clandestinamente". Nuri Andraus explica que diversos produtos agrícolas - até por serem perecíveis - não podem ter o seu transporte adiado. O mesmo ocorre em relação a insumos, máquinas e equipamentos destinados ao plantio ou a colheita e também com a venda de animais em leilões, que sempre ocorrem aos finais de semana.

Assim, a intenção do sindicato é formar plantões nos fins de semana e feriados para atender às necessidades fiscais dos produtores. O sistema proposto pelo sindicato, afirma Andraus, permitiria também que a entidade, mediante requerimento junto a Secretaria de Fazenda, pudesse distribuir formulários de nota fiscal aos produtores, além do trabalho de emissão.

Outra vantagem apontada por Andraus é que a Secretaria de Fazenda contaria com uma entidade representativa, como é o caso do Sindicato Rural, para realizar parte significativa do controle tributário, podendo liberar seus fiscais e técnicos para atuarem em situações mais complexas. Além disso, a prestação de contas com a Secretaria de Fazenda seria coletiva e não mais individual conforme ocorre atualmente. Essa tarefa seria feita, portanto, com mais agilidade, conclui o presidente do Sindicato Rural do DF.